



INSTITUTO DE COOPERATIVISMO
E ASSOCIATIVISMO

Projeto
Memória Viva
literatura - ICA

Coordenadora: Juliana Augusto Cardoso

**Diretor do Instituto de Cooperativismo
e Associativismo:** Guilherme Mattos Araújo

Responsável pelo Projeto: Diógenes Kassaoka

Responsável Técnico: João Belato

| Coordenadoria de
Desenvolvimento dos Agregados


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
| Secretaria de Agricultura e Abastecimento

A Autora

Diva Benevides Pinho realizou seus estudos superiores na Universidade de São Paulo (Fac. Direito/USP e Ciências Sociais na FFLCH/USP) e nela defendeu as teses da carreira acadêmica e submeteu-se a todos os concursos de títulos e provas até o cargo de Professora Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). É consultora do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo); presidente da Comissão OCB de Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas (GEDEIC) junto à Aliança Cooperativa Internacional (ACI, Genebra); presidente da Comissão OCB de Integração Universidade e Cooperativa.

A Bibliografia

Diva Pinho vem escrevendo sobre a temática cooperativista desde sua tese de doutoramento na USP, em 1962 (Cooperativas e Desenvolvimento Econômico) – ver bibliografia no site come.to/dbpinho. Seus dois últimos estudos foram lançados (em português e inglês) pelo SESCOOP, durante o Rio Cooperativo/2000: 1 – Gênero em Cooperativas – homens e mulheres compartilhando igualdade e responsabilidade; 2 - Universidade, Gênero e Cooperativas.

As Áreas Atuais de Pesquisa

Economia – análise dos problemas da organização econômica, microeconomia e economia de mercado.

Cooperativismo – pedagogia cooperativa, incubação tecnológica de cooperativas, história do Cooperativismo Brasileiro.

Economia da Arte – pesquisa a contribuição das novas tecnologias de comunicação à arte, com grupo multidisciplinar da USP (Núcleo de Arte, Tecnologia e Comunicação - NACE-ATC) e com participantes do curso interinidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte. Seu hobby atual: arte abstrata.

e-mail – dbpinho@uol.com.

divapinho@globo.com

site – come.to/dbpinho

ISSN 0102 - 6879

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

número 1, 2001

COOPERATIVISMO

FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E TEÓRICOS

DIVA BENEVIDES PINHO



INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Diva Benevides Pinho

Cooperativismo

Fundamentos
Doutrinários e Teóricos

SÃO PAULO
2001



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Secretário de Agricultura e Abastecimento

João Carlos de Souza Meirelles

Secretário Adjunto

Lourival Carmo Mônico

Coordenador da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

Moacir Rossetti

Diretor Técnico do Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Waldemar Ferreira Júnior

Comissão Editorial

Waldemar Ferreira Júnior: Presidente

Iride Sueli Laporta Cardinali

Maria Magdalena Matte Hiriart

PINHO, Diva Benevides
P654c Cooperativismo: fundamentos doutrinários e
teóricos. São Paulo: ICA, 2001, 34 p.
(Série Estudos e Pesquisas 1/2001)
1. Cooperativismo 2. Teoria 3. Doutrina
I. Título II. Série

CDD 20º. 334

Tiragem: 500 exemplares



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
I. O PENSAMENTO COOPERATIVO.....	08
1. Duas Considerações Preliminares.....	08
2. Vertente Doutrinária – Pioneiros de Rochdale.....	10
2.1 Principais Precusores do Cooperativismo.....	11
2.2 Doutrina Cooperativa.....	16
2.3 Pioneiros de Rochdale e as CWS.....	17
2.4 A Polêmica: Priorizar o Consumidor ou o Produtor?.....	21
3. Vertente Teórica – Escola de Münster.....	22
3.1 Escola de Münster: a “cooperação cooperativa”.....	23
3.2 Instrumentos de Controle: produtividade e efetividade.....	25
4. Doutrina e Teoria – Importância da Complementaridade... ..	26
II. ACI – EM BUSCA DA IDENTIDADE COOPERATIVA.....	27
III. CONTRIBUIÇÃO LUSO-BRASILEIRA AO PENSAMENTO COOPERATIVO.....	29
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
V. BIBLIOGRAFIA.....	32
ANEXO – ALGUMAS CURIOSIDADES.....	34



Introdução

Este trabalho focaliza os fundamentos doutrinários e teóricos do Cooperativismo, substituindo nossa publicação anterior intitulada Doutrina Cooperativa, que o ICA vinha divulgando há vários anos. Com base em estudos que estamos desenvolvendo para o SESCOOP, elaboramos esta síntese com o objetivo de oferecer uma visão mais ampla e atual do pensamento cooperativo no Mundo Ocidental. Partimos das duas vertentes principais do pensamento cooperativo - a *vertente doutrinária*, que é a mais divulgada entre nós, e a *vertente teórica*, menos conhecida, com a Escola de Münster como referência principal. Em seguida, procuramos mostrar a importância da complementaridade dessas duas vertentes. Ou seja, ambas, a doutrina e a teoria cooperativa são importantes para se entender o funcionamento das cooperativas como associações e como empresas.

Na seqüência, destacamos a busca da identidade cooperativa pela ACI, Aliança Cooperativa Internacional, que há mais de cem anos representa o cooperativismo mundial.

Ainda em nível geral, procuramos indicar a ação recíproca entre os fatos cooperativos e o ideário cooperativista, mostrando sucintamente a implantação do cooperativismo no Brasil pós-escravismo. Passamos, então, à fase atual, com destaque para o SESCOOP, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, que é o principal instrumento de ação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e suas filiadas estaduais, as OCEs ou OCBs de cada Estado².

Finalmente, apontamos algumas tendências atuais, entre elas a formação de jovens lideranças cooperativas, a integração do gênero (homens e mulheres) nos processos decisórios do cooperativismo nacional e internacional, a aproximação entre as universidades e as cooperativas (em especial, o movimento de incubação tecnológica de cooperativas pelas universidades) e a busca de uma "nova" empresa cooperativa, que consiga compatibilizar o idealismo dos pioneiros cooperativistas com a eficiência e a competitividade exigidas pela economia mundializada.

Uma bibliografia sumária, completada por algumas citações em rodapé, representam nosso convite aos leitores para que continuem suas reflexões sobre a importância das cooperativas na busca de melhor qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

Riviera de São Lourenço, 3 de fevereiro de 2001
Diva Benevides Pinho

¹ Esse tema, aliás, mereceu atenção especial dos cooperativistas reunidos no evento Rio Cooperativo/2000, durante os congressos da ACI, ACI-Américas e da Organização das Cooperativas Brasileiras.

² Está em fase de implantação a mudança de denominação das OCEs por OCB+Estado. Assim, por exemplo, OCESP será OCB-SP, OCEPAR será OCB-PR, OCEMA será OCB-MA, e assim por diante.



1. O PENSAMENTO COOPERATIVO

1. *Duas considerações preliminares*

A primeira consideração refere-se à escassez da literatura sobre o pensamento cooperativo, apesar de decorridos mais de cento e cinquenta anos de difusão do modelo rochdaleano em todo o mundo. Até mesmo a França, que durante décadas contou com brilhantes pesquisadores do meio acadêmico, tem apresentado pequena produção teórico-doutrinária.

Quanto ao Brasil, o sistema OCB-SESCOOP está empenhado em estimular a produção de obras analíticas, de alto nível, sobre a realidade cooperativista brasileira.

No passado, as poucas obras cooperativas divulgadas entre nós, inspiravam-se quase exclusivamente em trabalhos franceses, refletindo a predominância cultural da França no país.

Isso explica porque Charles Gide teve ampla divulgação no Brasil - não apenas o Gide cooperativista, mas também o Gide professor de Economia Política da Universidade de Paris, consagrado autor dos manuais, Princípios de Economia Política, e História das Doutrinas Econômicas (co-autoria com Rist), reeditados sucessivas vezes em língua portuguesa, e adotados em nossas Faculdades de Direito nas primeiras décadas do século 20.

Mas a divulgação do Gide cooperativista no Brasil conta com outro componente significativo: sua obra, esparsa em folhetos de conferências e pronunciamentos³, exalta as vantagens da cooperação como a grande alternativa à competição capitalista, apresentando argumentos de forte conteúdo humanista em estilo simples, didático e quase carismático. Aliás, o jovem professor Gide impôs-se como o grande defensor do ideal cooperativo desde 1886, quando participou dos primeiros debates sobre cooperação em Nimes (França), com outros idealistas, que tinham notícias da luta dos Pioneiros de Rochdale e de algumas práticas cooperativistas francesas e inglesas. A partir daí, seu entusiasmo pelo cooperativismo foi crescente. Contudo, Gide nunca reuniu seus estudos cooperativos em um manual, nem os incluiu em seu compêndio de História das Doutrinas Econômicas, fato justificado por seu espírito auto-crítico e por seu zelo científico, já que, àquela época, o cooperativismo não formava um conjunto coerente que pudesse oferecer base a uma proposta de sistema de reforma social e econômica.

³ É oportuno destacar, em São Paulo, a Biblioteca do antigo DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo), depois transformado em ICA (Instituto de Cooperativismo e Associativismo), que reunia as principais obras de Charles Gide e de outros autores franceses. Durante alguns anos frequentei essa Biblioteca, que era a mais completa sobre o pensamento e os fatos cooperativos.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

No Brasil, a contribuição doutrinária e teórica de autores não francófilos somente começou a ser rompida na segunda metade do século 20, com a divulgação de algumas versões, sobretudo em espanhol, de obras de autores ingleses e alemães.

A segunda consideração preliminar que queremos colocar, refere-se à influência dos estudos de teoria econômica sobre o pensamento cooperativo. Realmente, até há pouco tempo, as obras sobre cooperativismo refletiram quase exclusivamente a chamada fase dos "ismos" econômicos, ou de preponderância do pensamento econômico-doutrinário. Essa tendência, aliás, foi relativamente longa nos debates entre os autores de variadas correntes do Classicismo, Marxismo e Intervencionismo (empresarial, estatal, de grupos religiosos e outros), continuando depois atenuada, entre representantes do Neoliberalismo, Neomarxismo, Neointervencionismo e outros.

Assim, no campo econômico, grande parte do século 19 foi marcada por propostas de reformulação da sociedade, apresentadas por opositores da Doutrina Liberal e Individualista, impressionados pelas desastrosas conseqüências da exacerbação da competição econômica, principalmente sobre a classe operária.

No campo da teoria econômica, a elaboração de princípios econômicos teóricos fundamentais apareceria no período 1870-1929, com as Escolas Marginalistas, como a Escola de Viena (teoria da utilidade marginal); a Escola Matemática (teoria do equilíbrio geral) e a Escola de Cambridge (teoria do equilíbrio parcial). Ou seja, a significativa mudança na orientação dos estudos econômicos, introduzida pela análise marginal, ocorreria nos anos 1870, quando se passou da determinação das causas do desenvolvimento da riqueza, para a alocação de recursos escassos de usos alternativos, com o fim de maximizar a utilidade ou a satisfação dos consumidores. E diminuiria com a Grande Depressão, em 1929, quando os economistas perceberam que a ciência clássica não lhes permitia analisar integralmente a expansão da atividade econômica, nem elaborar políticas econômicas adequadas à organização da atividade econômica em nível nacional.

Mais tarde, a análise econômica seria valorizada com a contribuição de Keynes, cujo impacto recebeu a denominação de "revolução keynesiana". A seguir, o pensamento econômico apresentaria múltiplas tendências graças às variadas fontes de contribuição, destacando-se a matemática econômica, a estatística, a econometria, a elaboração de grandes modelos macroeconômicos, os estudos de economistas institucionalistas, os movimentos heterodoxos e a política neoliberal ⁵.

⁴ A justificativa do próprio Gide, a respeito da não inclusão do Cooperativismo em sua História das Doutrinas Econômicas (em parceria com Rist) revela que, naquela ocasião, ele considerava incompleto seu trabalho de sistematização da doutrina cooperativa

⁵ Cf. cap. PINHO, Diva B. - Evolução da ciência econômica...; VASCONCELLOS, Marco A. S. (coords.). In: **Manual de economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.



Contudo, mesmo depois que a Ciência Econômica deixou de ser meramente indutiva e especulativa, para se tornar mais dedutiva, pragmática e "racional", ressurgem, embora com menor intensidade, propostas de cunho econômico-doutrinário, recomendando como deveria ser uma sociedade melhor e mais equitativa.

Recentemente, a recorrência da utopia lembra os "socialistas utópicos" do século 19, especialmente os fourieristas, que buscavam a associação agrícola como forma de cooperação, em oposição aos excessos da competição urbano-industrial do capitalismo nascente. Há, porém, uma grande diferença - a utopia retorna como uma espécie de "tábua de salvação" diante da implosão do modelo marxista-leninista, difundido pelas "repúblicas socialistas soviéticas" e, ao mesmo tempo, diante da impossibilidade do neoliberalismo resolver os problemas sociais no mundo.

2. Vertente Doutrinária - Pioneiros de Rochdale

Na linha dos economistas do século 19, como dissemos, durante longo tempo os autores cooperativistas, de maior divulgação no Mundo Ocidental, trataram do pensamento cooperativo quase exclusivamente do ponto de vista de propostas de reforma da sociedade. Entretanto, diferentemente dos economistas que, a partir dos anos 1870, abandonaram os aspectos doutrinários em suas análises da atividade econômica, os cooperativistas, de modo geral, continuam até hoje fiéis aos valores de identidade do Cooperativismo, cujo conteúdo fundamental vem da segunda metade do século 19.

Ou seja, embora modernizado e atualizado, o Movimento Cooperativo mundial, sob orientação da Aliança Cooperativa Internacional, está continuando e ampliando a linha mestra de valorização humana, inspirada basicamente nas propostas da experiência-símbolo dos Pioneiros de Rochdale, em 1844.

No Congresso da ACI, realizado no Rio de Janeiro (Brasil), denominado Rio Cooperativo/2000, a temática estabelecida por sua direção, com Roberto Rodrigues na presidência, enfatizou a "importância da identidade cooperativa para o novo milênio" e a necessidade de articulação de uma relação harmônica entre as pessoas, a sociedade e a natureza, tendo o ser humano como o fim último do desenvolvimento. Interligou esse ideal cooperativista a amplo programa de discussão e definição de novas estratégias do cooperativismo para o século 21, entre as quais priorizar o aprimoramento da legislação cooperativa, buscar formas atrativas de aumento do capital para as cooperativas enfrentarem a economia mundializada, reforçar a estrutura de crédito cooperativo (tão indispensável ao desenvolvimento de cooperativas), provocar a emergência de novas lideranças - sobretudo entre jovens adolescentes, moças e rapazes, e entre as mulheres, geralmente pouco presentes na representação do gênero em órgãos decisórios do sistema cooperativo.

Mais uma vez, os esforços da ACI dirigem-se à valorização da tradição humanista rochdaleana, ao modo de operação das cooperativas, ao reconhecimento internacional da identidade cooperativa, bem como à defesa do meio ambiente, à



paz e à democracia no mundo. As palavras-chaves que resumem a atual missão da ACI, estão indicadas em Mensagens da ACI de dez/2000: coerência, consistência, coordenação e qualidade.

No complexo conjunto das mais variadas oposições às conseqüências do liberalismo econômico, entretanto, as idéias cooperativistas começaram a ser elaboradas sob *influência do pensamento econômico e social* dos chamados socialistas utópicos franceses e ingleses do século 19.

Generalizava-se, nessa época, grande entusiasmo pela importância da razão e da liberdade, confiando-se na possibilidade de atuação da vontade humana sobre a evolução econômica, de modo a corrigi-la ou reformá-la. A "razão pensante" era considerada a única medida a ser aplicada a todas as coisas, e também a única em condições de descobrir as falhas da organização econômica e os remédios para corrigi-las. Ao mesmo tempo, o ambiente intelectual dos socialistas utópicos estava impregnado do ideal de justiça e de fraternidade. A esperança na volta à Natureza, por sua vez, deixava evidente a oposição de diversos autores às conseqüências sociais da Revolução Industrial.

Esse socialismo utópico, "romântico" ou "sonhador". refletia, também, algumas outras correntes do pensamento da época, como o romantismo, a democracia e o naturalismo.

Nesse quadro, nascem as cooperativas como produto da miséria e da utopia, entendidas como busca da própria massa trabalhadora no sentido de superar seus problemas por seus próprios meios e riscos, isto é, pela união de suas forças, de seus próprios recursos e de sua vontade de vencer.

Essa origem do Cooperativismo marca a vertente doutrinária, de base rochdaleana, que é a mais antiga e mais difundida no mundo. Mais tarde, a vertente teórica, será desenvolvida de modo esparso, geralmente por autores do meio acadêmico. A mais conhecida, como se verá adiante, é a chamada Escola de Münster, desenvolvida na Universidade de Münster (Alemanha), que trata a cooperativa como empresa modernamente administrada.

2.1 - Principais Precusores do Cooperativismo

Os precusores do cooperativismo criaram condições para o aparecimento da cooperativa-símbolo fundada pelos Pioneiros de Rochdale em 1844 ⁶. Em seguida, os debates de Gide na Escola de Nimes, e seus trabalhos de sistematização das idéias cooperativas e de proposta de um cooperativismo internacional, dão a ele o papel de grande sistematizador da Doutrina Cooperativa, no final do século 19.

O modelo cooperativo criado em Rochdale (Manchester, Inglaterra), em 1844, recebeu grande influência de socialistas utópicos, entre os quais se destacaram: Owen, Fourier, Buchez, Blanc e seus continuadores.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Owen considerava que o homem não é bom nem mau por natureza, mas o resultado de seu meio social. Para modificá-lo seria necessário mudar o meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que "nenhuma parte do corpo político e nenhum indivíduo sofram com a mudança".

Robert Owen (1771-1858), de família de artesãos, nasceu em Newton (País de Gales). Encarregado de dirigir uma fábrica de fiação, introduziu várias inovações, destacando-se, de tal forma, que dela se tornou co-proprietário (firma Charlton Twist Co, em Manchester). Casou-se com a filha do sócio (Dale). Com a compra de uma fiação em New Lanarck (Escócia), pela sociedade, coube a Owen dirigi-la. Teve, então, a oportunidade de realizar importantes obras sociais, de modo que New Lanarck tornou-se centro de visitação e de admiração na Europa. Mas como seu exemplo não era imitado, a produção de New Lanarck tornou-se cara e não competitiva. Começou a perder mercado, o que provocou o afastamento de Owen pelos sócios insatisfeitos com os resultados econômicos.

Owen combateu o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pela deturpação do meio social, pelos males e injustiças sociais.

O lucro que se superpõe ao preço de custo, era para Owen uma injustiça, um perigo permanente e a causa principal das crises de super-produção e de subconsumo porque impediam que os trabalhadores comprassem o produto de seu trabalho, ou seja, que seu consumo fosse equivalente ao que eles mesmos produziram. Neste particular, foi relevante a influência que exerceu sobre os Pioneiros de Rochdale, especialmente sobre Charles Howart (presidente da Rochdale Equitable Pioneers Society Ltd, no segundo ano de seu funcionamento, e seu secretário em diversas ocasiões).

A associação cooperativa, na medida em que procura eliminar o lucro, é "o resultado mais considerável da obra de Owen" e isto, segundo seus críticos, "é suficiente para sua glória".

Owen opôs-se, ainda, à divisão social do trabalho entre operários e patrões, afirmando que toda a produção deve ser dos trabalhadores. E isto será possível se os homens produzirem através de associações que somem as vantagens da propriedade comum dos meios de produção - o que suprimirá também os desequilíbrios entre a produção e o consumo, afastando as crises econômicas, problema que o século 19 conheceu com trágica regularidade.

Fourier, outro socialista utópico considerado importante precursor do cooperativismo, imaginou resolver os males sociais através de falanstérios, unidades auto-suficientes que permitiriam reformar toda a sociedade.

⁶ Em trabalhos anteriores, indicamos algumas tentativas de experimentos de "mutualismo cooperativista", nas áreas de consumo e de trabalho, sobretudo na Inglaterra e na França, a partir da segunda metade do século 18. De caráter defensivo da classe trabalhadora, sobretudo contra a alta de preços e a exploração de fornecedores e agiotas, tiveram curta duração. Na primeira metade do século 19, por influência dos socialistas utópicos, multiplicaram-se cooperativas ligadas ao movimento sindical operário. Mas também de precária duração.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Em seu aspecto exterior, o falanstério assemelha-se a um grande hotel cooperativo, onde 1.500 pessoas viveriam em regime comunitário. Na realidade, entretanto, é mais que um hotel - é a peça principal da reforma do meio social porque substitui a "onerosa e mesquinha" unidade doméstica ou familiar por grandes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc.), cria um ambiente de convívio espontâneo entre ricos e pobres, substitui a competição pela cooperação, institui um microcosmo auto-suficiente, etc. Constituído à semelhança de uma sociedade anônima, o falanstério pertence a uma associação e só recebe os membros dessa associação.

François Marie Charles Fourier (1772-1837) nasceu em Besançon (França), filho de um negociante de tecidos. Tentou conseguir recursos com capitalistas para financiar a prática de suas ideias associativistas, mas nada conseguiu.

Fourier, a princípio, elogiou as experiências de Owen em New Lanark, oferecendo-se, inclusive, para participar de suas experiências. Algum tempo depois, entretanto, passou à posição de crítico, dizendo que quando o elogiava, em 1822, estava longe de presumir que Owen trabalhava para "ridicularizar a ideia de associação e torná-la suspeita de todos os Governos". Procurou mostrar, então, que Owen desejava modificar os caracteres dos homens, através de educação em associações em que todos seriam iguais e receberiam remuneração segundo suas necessidades, mas para obter êxito, deveria encontrar o mecanismo de utilização dos vícios humanos. As máximas difundidas por Owen entre os discípulos "são de boa moral civilizada, pregando o amor à virtude pela própria virtude; contudo, não são atrativas".

Fourier combateu Owen e também outros socialistas utópicos. Por exemplo, a respeito dos sansimonistas, afirmou que "suas monstruosidades, como a abolição da propriedade e da herança, só merecem desprezo".

Por sua vez, Fourier também foi muito criticado. Dizia-se que o falanstério não eliminava a propriedade privada, apenas a transformava em acionária, já que proprietários, capitalistas e operários, são todos acionistas do falanstério e reúnem-se livremente, em ambiente agrário, para dar livre expansão às suas paixões.

Fourier acreditava que a manutenção da propriedade, embora sob a forma co-propriedade, ou de propriedade em que os co-proprietários são também co-interessados, torna o trabalho atraente e produtivo ("o espírito de propriedade é a mais poderosa alavanca que se conhece para eletrizar os civilizados"). Procurava inter-relacionar, de propósito, os interesses do trabalhador, do capitalista e do consumidor, de modo que cada acionista ou societário acumulasse, em sua pessoa todos os interesses opostos. O operário, por exemplo, teria participação em razão de seu trabalho, de seu capital (já que era acionista) e do talento. Dessa inter-relação, os contrastes, as diferenças e as desigualdades que existem entre os homens, ao invés de combatidos, seriam utilizados, pois a harmonia resultaria da superação das dissonâncias.

Buche, outro socialista utópico precursor do cooperativismo, defendeu a tese de associação cooperativa dos produtores livres, porém pacificamente e sem



espoliação. Os operários de uma categoria profissional reunir-se-iam para: 1. colocar em comum suas poupanças; 2. obter empréstimos; 3. produzir em comum; 4. assegurar a todos igual salário; 5. reunir as receitas líquidas em um fundo comum.

Philippe Joseph Benjamim Buchez (1796-1865) – jovem ainda, foi condenado à morte por haver sido um dos fundadores da "Charbonnerie", na qualidade de empregado da administração parisiense. Perdoado por ser menor de idade, dedicou-se aos estudos de Medicina. Profundamente católico, colaborador do jornal sansimoniano "Producteur" (1824), autor da História da Revolução Francesa (co-autoria com Roux), foi também membro e Presidente da Assembléia Francesa

Em 1831, Buchez preconizou, em seu artigo "Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades", uma associação com determinado número de operários da mesma profissão, que seria regida por um contrato, contendo as seguintes disposições principais: 1. os associados teriam também a qualidade de empresários, cabendo-lhes escolher um ou vários representantes; 2. cada associado seria pago segundo os critérios adotados na profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, etc.; 3. uma soma, equivalente ao ganho dos empresários intermediários, seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes: 20% para formar (e aumentar) o capital social; o restante para assistência ou distribuição entre os associados, "pro rata" de seu trabalho; 4. o capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim, o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária.

O capital social inalienável permitiria a criação de um futuro melhor para as classes operárias. A associação poderia admitir, durante um ano, operários não-associados para o trabalho, mas no final desse período ficaria obrigada a admiti-los como associados, na proporção de suas necessidades.

Buchez teria orientado quanto à aplicação de suas ideias associativas, pela primeira vez, em Paris. um grupo de marceneiros, que fundaram uma associação em 1831. Pouco tempo depois, sob sua influência direta, surgiu a "Société des Bijoutiers en Doré". Concomitantemente, nos meios operários dos tecelões de seda de Lyon, surgiram várias associações, com algumas ligações diretas ou indiretas com as ideias buchezianas.

Alguns autores, entretanto, acham que o movimento associativo operaria da França guiava-se sobretudo por preocupações utilitaristas. Neste sentido, foram pouco aplicadas as normas buchezianas de solidez, principalmente a constituição de um capital indivisível e inalienável, de propriedade coletiva dos associados presentes e futuros, e de valorização moral das sociedades. Há, todavia, simpatizantes de Buchez que chegam a afirmar que o movimento de 1848 foi significativamente influenciado por sua escola.

Louis Blanc, outro precursor do cooperativismo, reivindicava auxílio financeiro governamental para fundar as associações operárias, enquanto Buchez e



seus discípulos repudiavam essa ajuda. Blanc chegava a exigir ampla intervenção do Estado para que a associação operária conseguisse modificar o meio sócio-econômico.

Louis Blanc (1812-1882), historiador, jornalista, orador e político, destacou-se durante a Revolução de 1848. Alguns autores o qualificam de agitador, que conduziu os operários à Revolução de 1848 e imprimiu à "questão social" o matiz de questão operária - caráter que muitos consideram unilateral, mas que se conserva desde esse movimento revolucionário.

Blanc condenou a livre-concorrência, principal responsável pelos males e injustiças sociais, nocivos aos operários e também à burguesia. A livre-concorrência separou os detentores dos instrumentos de produção daqueles que acionam esses instrumentos com o seu trabalho. Daí, a necessidade de criação de associações em que cada um seria co-proprietário dos instrumentos de produção, como o atelier social ou oficina social, composta de trabalhadores do mesmo ramo de produção e de moralidade indiscutível.

Organizada com empréstimo estatal e com estatutos sociais também fixados pelo Estado, a oficina social teria, no início, diretores, mestres e contramestres nomeados pelo governo. Quando os associados já se conhecessem, os cargos seriam preenchidos por eleição: "uma vez montada, a máquina funcionará por si mesma".

Blanc buscava, na oficina social, uma produção especializada para os associados e também para a comercialização, ao passo que Fourier imaginava o falanstério auto-suficiente, com produção diversificada para consumo exclusivo dos membros. Blanc separava-se, ainda, dos fourieristas em sua concepção prática do futuro social. Fourier colocava o capitalismo na mesma situação do trabalhador manual, quanto à repartição dos lucros; Blanc atribuía-lhes juros fixos, no caso do capitalista haver feito empréstimo à oficina social, mas não lhe reconhecia direitos sobre o resultado da produção.

A repartição, na oficina social, seria efetuada de acordo com o principio da igualdade dos salários, independentemente da capacidade, principio que os operários aceitariam, graças ao novo meio criado pela associação. As sobras líquidas, divididas em três partes teriam a seguinte destinação: a primeira, aos operários; a segunda, à constituição de reserva para assistência aos operários doentes e afetados pelas crises econômicas; e a terceira, à aquisição de novos meios de produção (para a admissão de mais associados ou fundação de outras oficinas). Esta última parte constituiria, então, a mola detonadora da expansão associativista.

O consumo poderia ser feito, de acordo com a decisão dos associados, sob a forma individual ou coletiva, tal como no falanstério. A circulação ou troca da riqueza produzida ficaria na dependência das autoridades públicas, na medida em que desaparecesse a concorrência. Blanc previa, mas sem detalhar, a criação de vastos entrepostos que receberiam os produtos dos associados e lhes dariam recibos transferíveis (espécies de "warrants"), descontáveis em Banco pelo respectivo valor em papel-moeda.



A doutrina econômica, como proposta de reforma social, contém um projeto utópico, imaginário, de transformação da ordem social existente e de construção de uma sociedade considerada perfeita para seus idealizadores. De fato, eram utópicos os socialistas que enfatizaram a volta à natureza por meio de associações agrícolas (Owen, Fourier e outros), ou propuseram nova forma de organização dos trabalhadores urbanos em associações (Bucheze, Blanc e outros). Pretendiam, basicamente, combater as consequências desastrosas da Revolução Industrial e das precárias condições de vida dos operários que se concentravam nas cidades industriais, como se viu.

A vertente doutrinária do Cooperativismo de consumo, que surge em Rochdale, está carregada de propostas utópicas, imaginárias, que marcaram os primórdios do associativismo. Mas em seguida, essa vertente recebe importantes contribuições práticas dos idealizadores de cooperativas de crédito, de produção e de trabalho, criadas na Europa Ocidental, no decorrer da segunda metade do século 19. E mais tarde, vai incorporar, também, contribuições de uma nascente vertente teórica do pensamento cooperativo, oriunda da Universidade de Münster (Alemanha), como se verá mais adiante. E finalmente, sobretudo na última década do século 20, a ACI, Aliança Cooperativa Internacional, passa a dedicar especial atenção à atualização dos princípios doutrinários do Cooperativismo.

2.2 - Doutrina Cooperativa

De modo geral, a Doutrina Cooperativa pode ser assim resumida: é uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Ou, tentando resumir em uma frase, é a reforma do meio social por um instrumento econômico: as cooperativas.

Teoricamente, os tipos de cooperativas são ilimitados, já que a associação cooperativa é criada para atender a determinadas necessidades econômicas e sociais de seus associados. Assim, poderia haver tantos tipos de cooperativas quantas fossem as necessidades humanas. Ora, estas, como ensina a teoria econômica, são ilimitadas em número, embora limitadas em capacidade. Ou seja, a variedade tipológica das cooperativas é teoricamente infinita.

Contudo, para fins didáticos, as cooperativas podem ser resumidas em algumas categorias, tendo-se em vista determinados critérios, tais como as pessoas que as compõem (pessoas físicas e pessoas jurídicas), a atividade econômica predominante (coops de produção, consumo, crédito), a forma de atividade, os fins a que se destinam etc.⁷

A cooperativa tem sido entendida como "uma empresa de serviços", que não busca lucro, já que seu fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus usuários, que a criam com seu próprio esforço, capital e risco. Distingue-se da "empresa capitalista" porque nesta, a satisfação das necessidades dos usuários não representa seu fim imediato, mas sim a multiplicação ou o rendimento do capital investido.



Do ponto de vista doutrinário, as principais mudanças implantadas pela união dos associados em cooperativas seriam a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado-cooperativista, a substituição da competição pela cooperação e a eliminação do lucro capitalista, entre outras. Em um plano mais avançado, as cooperativas criariam condições para a concretização do "justo preço" e do projeto da "República Cooperativa".

Para introduzir essas mudanças, o instrumento prático seriam as cooperativas de múltiplos tipos, organizadas segundo os "Princípios dos Pioneiros de Rochdale". Estes, na versão original de 1844 e com as emendas de 1845 e 1854, englobavam algumas normas obrigatórias, outras apenas recomendadas e outras controvertidas ou supérfluas:

- (a) obrigatórias: porta aberta (adesão livre), controle democrático e retorno "pro rata" das operações;
- (b) recomendadas ou não obrigatórias: transações à vista, educação dos membros, neutralidade política e religiosa;
- (c) controvertidas: transações apenas com os membros, comércio verdadeiro, espírito de serviço e cooperação entre cooperativas.

Nesse conjunto, a aspiração utópica geral levaria a uma "República Cooperativa", à formação de um patrimônio cooperativo indivisível entre os associados ("propriedade cooperativa") e à "Hegemonia do Consumidor".

Desde o início podiam ser distinguidos dois grupos principais: um grupo que pretendia utilizar as cooperativas como meio para atingir uma nova ordem econômica e social, ou que buscava o cooperativismo em plano macroeconômico; e outro grupo, que considerava as cooperativas somente como corretivo das distorções do sistema capitalista, ou que se posicionava favoravelmente ao cooperativismo em plano microeconômico.

2.3 Pioneiros de Rochdale e as CWS⁸

O esquema das cooperativas de consumo já havia sido tentado, sobretudo em Brighton (1827), com William King e, em Lyon (1835), com a sociedade "le Commerce Véridique", ambos de efêmera duração, inclusive por não haverem encontrado condições sócio-econômicas e políticas favoráveis.

Anos mais tarde, entretanto, surgiu em Rochdale a matriz do cooperativismo de consumo, como fruto da iniciativa de vinte e oito operários do setor têxtil, que buscavam um meio de melhorar sua precária situação econômica.

⁷ As cooperativas como categorias econômicas têm sido focalizadas em alguns estudos nossos, especialmente em Sindicalismo e cooperativismo. São Paulo: ICT, 1964, v.1.

⁸ CWS, Co-operative Wholesale Society - cooperativas atacadistas criadas de acordo com o modelo dos Pioneiros de Rochdale.



Foi registrada em 24 de outubro de 1844 como Rochdale Society of Equitable Pioneers Ltd. (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltd). E inaugurada em 21 de dezembro do mesmo ano de 1844, no n. 31 de *The Toad Lane*, em Rochdale (distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra) - uma ruela que tem sido traduzida como O *Beco do Sapo*, mas que significaria O *Velho Beco* - da corruptela do dialeto de Lancashire - 'Th'Owd Lane", isto é, "The Old Lane". O armazém cooperativo iniciava suas atividades com capital de 28 libras, e conseguira comprar somente pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo, aveia, açúcar e velas.

Na época, apesar da prosperidade daquele setor econômico, os trabalhadores continuavam mal remunerados. Decidiram, então, em assembléia, segundo relata Holyoake⁹, solicitar aumento de salário, mas tiveram dificuldade de escolher a forma de se dirigir aos patrões porque não estavam habituados a redigir ofícios, e ninguém queria participar de uma comissão para tratar com os industriais, por temer o desemprego.

"Depois de muitas dificuldades, formaram a comissão, mas alguns industriais preferiram fechar suas fábricas a ceder. Essa resistência prejudicou os operários, que depois de várias discussões, optaram pela greve."

O fato é que os tecelões passaram a enfrentar graves problemas. Conta Holyoake: "Alguns lembraram-se, então, das idéias de Robert Owen". "Em um desses dias úmidos, escuros e tristes de novembro, (...) alguns daqueles pobres tecelões, sem trabalho, quase sem pão e isolados socialmente, uniram-se para estudar o que mais conviria para melhorar sua situação". As alternativas de emigrar ou pedir a proteção da lei dos indigentes (perdendo a independência), haviam sido rejeitadas. E fracassara a tentativa de subscrever um pequeno pecúlio para sua própria entre-ajuda.

Após longos debates, prevaleceu a idéia de união, de ação conjunta para a elaboração de um projeto de cooperação para abrir um armazém cooperativo de consumo. Eram 28 tecelões, dentre os quais os principais defensores do projeto cooperativo - James Daty, Charles Howarth, James Smithies, John Hill e John Bent. Reuniram-se, então pela primeira vez, em dezembro de 1843, para discutir as possíveis soluções de seus problemas de sobrevivência. Optaram pela fundação de um armazém cooperativo, idéia defendida ardorosamente por vários deles. Durante todo um ano pouparam para conseguir o capital social, constituído por um dólar de cada participante. E um ano depois, a cooperativa de consumo tornou-se realidade.

Apesar dos poucos recursos iniciais, os planos dos Pioneiros, divulgados juntamente com os Estatutos Sociais, eram grandiosos e estavam de acordo com a proposta de ir às fontes produtoras a fim de oferecer melhores preços aos consumidores. Integração, aliás, que rapidamente se tornou modelo em toda a Escócia, quando os Pioneiros transformaram a pequena venda, fundada em Toad Lane, em 1844, na grande organização atacadista CWS-Co-operative Wholesale Society, em 1863.

⁹ HOLYOKE, George J. **Os 28 tecelões de Rochdale**, trad. Porto Alegre: WS Editor, 2000, (co-edição Unimed-RS).



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Ou seja, a visão de progresso dos Pioneiros estava expressa, desde o primeiro momento, nos *grandes objetivos* da pequenina cooperativa da ruela *Toad Lane*, divulgados na inauguração do humilde armazém: "A Sociedade tem por fim realizar um benefício pecuniário e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia de um capital formado por ações de uma libra esterlina", com o objetivo de colocar em prática os seguintes projetos: 1. abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, vestuários, etc; 2. comprar ou construir casas para os membros que quisessem ajudar-se mutuamente, a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social; 3. fabricar artigos que os associados julgassem convenientes, para criar trabalho aos membros desempregados ou subempregados (ou "com salários insuficientes"); 4. assim que possível, a Sociedade organizaria a produção, a distribuição e a educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos, criando uma colônia autônoma em que todos os interesses seriam comuns. A sociedade auxiliaria as demais sociedades cooperativas que desejassem fundar colônias semelhantes; 5. a Sociedade abriria um estabelecimento "para propagar a abstinência".

A reforma do meio econômico-social, na realidade o grande objetivo dos Pioneiros de Rochdale, pode ser assim resumida:

- 1 - formação de um capital para a emancipação do proletariado, mediante poupanças realizadas com a compra em comum de gêneros alimentícios;
- 2 - construção de casas para oferecer alojamento a preço de custo;
- 3 - criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com duplo objetivo: produzir diretamente e de modo econômico, tudo o que fosse indispensável às necessidades da classe operária, e assegurar trabalho aos operários desempregados ou que percebessem baixos salários;
- 4 - educação e luta contra o alcoolismo;
- 5 - cooperação integral, isto é, criação paulatina de pequenos núcleos, nos quais a produção e a repartição seriam reorganizadas, e multiplicação desses núcleos através da propaganda e do exemplo.

Os estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale continham os princípios a respeito da estrutura e do funcionamento da cooperativa de consumo, que depois constituíram os fundamentos da doutrina cooperativista. Esses princípios, depois difundidos no mundo inteiro, referiam-se: (a) à administração da sociedade mediante a eleição, em assembleias gerais, dos representantes dos associados; (b) à livre adesão e demissão dos sócios; (c) ao direito de um voto, apenas, por associado - um homem, uma voz; (d) ao pagamento de juros limitados ao capital; (e) à distribuição dos ganhos proporcionalmente às compras efetuadas pelos associados, depois de descontadas as despesas de administração, os juros correspondentes às cotas-partes, à porcentagem de depreciação das mercadorias inventariadas, à quota de reserva para aumento de capital destinado à extensão das operações e à porcentagem para a educação; (f) às vendas efetuadas a dinheiro ou à vista (para que os cooperados só assumissem compromissos dentro de suas possibilidades orçamentárias, evitassem o crédito - "mal social", resultante da concorrência de interesses).



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

A Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale desenvolveu-se rapidamente, em grande parte devido à intensa urbanização e à expansão das ferrovias nos países europeus que lideravam a industrialização na Europa. Superou as dificuldades econômicas iniciais e já em 1852 seus armazéns abrangiam seis seções com contabilidade especial: drogaria, açougue, mercearia, chapelaria, sapataria e alfaiataria. Nessa época, os associados decidiram organizar as vendas por atacado, para satisfazer a demanda dos compradores e, ao mesmo tempo, auxiliar os armazéns cooperativos de Lancashire e Yorkshire, que dispunham de pouco capital e não conseguiam fazer compras a preços vantajosos porque era reduzida a quantidade que cada um deles, isoladamente, podia comprar. A este fato, considerado acidental por historiadores de Rochdale, somou-se outro intencional, fruto da criatividade dos Probos Pioneiros de Rochdale - resolveram reunir as pequeninas lojas e oficinas, que trabalhavam de modo esparso, em um "varejo integrado" de múltiplas atividades, isto é, em um movimento atacadista e manufatureiro, que deu origem às fortes CWS-Co-operative Wholesale Society ¹⁰.

A venda por atacado deveria garantir a pureza, qualidade, preço módico, peso exato e medida justa das mercadorias. Deveria funcionar conforme os princípios cooperativos de pagamento a dinheiro, de atribuição de juros módicos ao capital e de controle democrático dos associados (apenas um voto cada cooperado).

Em 1858 surgiram problemas e a venda cooperativa por atacado desapareceu no ano seguinte. Mas era tão necessária que, logo em seguida, os Pioneiros conseguiram se unir para superar os entraves legislativos: em 1863 receberam apoio do "Ato do Parlamento", conhecido como "Lei dos Pioneiros". Sua redação resumida em 4 itens, embora simples na forma, abriu ampla oportunidade ao cooperativismo de consumo: "1º. As operações da Sociedade dividem-se em duas grandes seções - a venda por atacado e a venda a varejo; 2º. A venda por atacado tem por fim prover as cooperativas associadas de mercadorias em grandes quantidades; 3º. Esta seção será dirigida por um Comitê de oito pessoas e três comissários da Sociedade, incumbidos de fiscalizar as compras da Diretoria; 4º. A seção pagará ao capital juros de 5%".

E assim, com a mudança da lei, pode ser estabelecido o primeiro modelo de distribuição eficiente e de custo reduzido - as CWS, Co-operative Wholesale Society.

Pouco depois, foi construído novo e amplo edifício na esquina da Porta Santa Mônica com Toad Lane. A solenidade de inauguração, no Teatro Real de Rochdale, com a presença de autoridades e cooperativistas, marcou o final de um dia inteiro de comemorações. ¹¹

¹⁰ Cf BIRCHALL, J. **The International co-operative movement**. Great Britain: Alden Press, 1997.

¹¹ Contou com a presença de autoridades: Thomas Hughes e Walter Morisson, ambos membros do Parlamento, Edmundo Vansittart Neale, Greening, Holyoake e os reverendos Molesworth e Freeston.



Os Probos Pioneiros passaram, então, a ser considerados inventores da moderna distribuição cooperativa de bens de consumo. Para assegurar o mercado, utilizar as últimas técnicas de fabricação, garantir a qualidade dos produtos, a estabilidade dos preços e o retorno dos dividendos, os Pioneiros desenvolveram suas atividades em três direções: (a) organização de uma cadeia de distribuição, importando barato (por exemplo, bacon da Dinamarca, chá da Índia, aveia do Canadá), e assegurando a continuidade do abastecimento pela organização da produção e do processamento de commodities nos países de origem ou na Grã-Bretanha; (b) busca da auto-suficiência e, ao mesmo tempo, da garantia de estabilidade de fornecimento e de preço, com a organização de fábricas de todos os produtos básicos que a classe trabalhadora consumia regularmente (sapatos, botas, roupas, móveis, alimentos processados etc); (c) recuperação de sociedades varejistas de trabalhadores e integração delas em sua rede.

Entretanto, os defensores da linha doutrinária de reunião cooperativa dos produtores, aumentaram suas críticas ao modelo rochdaleano de consumo que se difundia da Grã-Bretanha para o mundo.

2.4 A Polêmica: Priorizar o Consumidor ou o Produtor?

Entre 1890 e 1895, duas correntes opostas, e que pretendiam estar de acordo com a tradição dos Pioneiros de Rochdale, disputaram a liderança do movimento internacional de cooperativismo que começara a surgir na Inglaterra e na França - eram os defensores das cooperativas de consumo e os defensores das cooperativas de produtores.

Charles Gide, ao sistematizar a doutrina cooperativa, enfatizou o consumidor, argumentando que na sociedade todos são consumidores. Tornaram-se famosos seus argumentos a respeito dos consumidores como o centro e o fim último da atividade econômica, bem como sua indagação:

"Que é o consumidor? – Nada!
O que deve ser? - Tudo!"

A oposição à corrente das cooperativas de consumo era constituída pelo grupo anglo-francês constituído por socialistas cristãos liderados por Vansittart Neale, com apoio em G.J. Holyoake (o célebre historiador dos Pioneiros de Rochdale), pelos grupos de Cristãos Sociais da Escola de Nimes, de representantes das cooperativas francesas de produção (agrícola e industrial) e de dissidentes do setor de consumo (com C. Robert e Roquigny). Todos eles defendiam o participacionismo como o principal critério de autenticidade cooperativista, e lançaram um pequeno documento de oito páginas, uma espécie de Manifesto Rochdaleano de 1892, com o título "Proposta para uma Aliança Internacional dos Amigos das Cooperativas de Produção".

Ao objetivo doutrinário juntava-se outro, de caráter estratégico, que objetivava criar um movimento cooperativo aliado às organizações cooperativas com experiência participacionista e empresarial dos trabalhadores, evitando o que consideravam obstruções das cooperativas atacadistas "Wholesales".



Entretanto, o falecimento, em 1893, de Vansittart Neale, enfraqueceu a posição do grupo anglo-francês, de modo que durante o I Congresso Internacional de Cooperativismo realizado em 1895, em Londres, predominou a posição do cooperativismo de consumo.

Essa vertente doutrinária, em seguida, recebeu a contribuição de intelectuais franceses, sobretudo de pesquisadores e professores universitários, que ampliaram e completaram Charles Gide. Entre eles destacam-se Fauquet, Lavergne, Lasserre, Lambert e Desroche ¹²

O sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em símbolo, e as normas elaboradas pelos 28 tecelões são, em parte, até hoje seguidas pela legislação cooperativista do mundo inteiro.

O pequeno edifício, onde os Pioneiros iniciaram sua cooperativa de consumo, tornou-se, desde 1931, o Museu da Cooperação. Quando de sua inauguração, Charles Gide pronunciou um discurso, destacando que o Cooperativismo, como "religião", tem suas lendas, seus santos e seus locais de peregrinação, ou seja, tem 28 apóstolos (que não eram pescadores, mas tecelões), tem seu berço em Toad Lane (em Rochdale), onde nasceu, na véspera do Natal, e tem o seu museu, onde se pode comemorar "a obra mais grandiosa que já saiu das mãos dos operários".

Vejamos agora a vertente teórica ou "não-doutrinária" do Cooperativismo.

3. Vertente Teórica - Escola de Münster

O Cooperativismo sem Rochdale, isto é, distanciado de qualquer conteúdo doutrinário, é na realidade uma adequação pragmática da atividade econômica cooperativista, a princípio no contexto das modernas economias nacionais e, em seguida, na economia mundializada.

Para isso, têm contribuído o instrumental científico da Economia e da Administração, somados à observação de que as empresas econômicas apresentam melhores resultados quando seguem a racionalidade econômica e administrativa. Contribuem, também, as exigências da sociedade consumista urbano-industrial, o rápido avanço tecnológico, as pressões do mercado internacional e o próprio interesse do Estado em utilizar técnicas mobilizadoras dos recursos materiais e humanos disponíveis, para diminuir os desequilíbrios econômicos regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

Na prática, então, as cooperativas passam a ser utilizadas sem o objetivo de reformar o homem e/ou a sociedade. Em lugar de preocupações doutrinárias, utópicas, procura-se concretamente atender aos interesses individuais dos associados através da prática da solidariedade cooperativista. Há casos, ainda, em que a busca de modernização da cooperativa parte da necessidade de tornar a cooperativa uma empresa econômica eficaz, em condições de competir no mercado internacional.

¹² Cf. PINHO, Diva B. O Pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro. In: Manual de Cooperativismo. Brasília: CNPq/OCB, 1986, v. 1.



Na realidade, os autores cooperativistas, durante muitos anos, não se preocuparam com a teoria cooperativa, apesar de muitos deles serem ilustres pesquisadores e docentes da área da economia e da administração.

Nos últimos anos, entretanto, intensifica-se a preocupação pela análise teórica da atividade econômica da empresa cooperativa. Mas as possíveis contribuições teóricas são esporádicas ou assistemáticas.

As tentativas atuais de elaboração teórica do cooperativismo procuram não somente explicar o que é, como é, mas também prever com certa margem de segurança, o que pode ser a atividade cooperativa. Distinguem-se, pois, do plano doutrinário, que se preocupa com o que deveria ser, vinculando-o a propostas de sistemas socioeconômicos alternativos.

Entre as teorias cooperativas destaca-se a Teoria de Münster, que tem o nome da Universidade em que surgiu. Várias outras teorias têm sido propostas, mas não contam com um corpo sistêmico, nem com pesquisadores e docentes dedicados a seu desenvolvimento e aplicação, tal como acontece com a Escola de Münster. São, na realidade, propostas teóricas em elaboração, como a Teoria da Cooperatização Global, a Teoria da Cooperatização Sistêmica, a Teoria da Cooperatização Fiduciária, as Teorias Cooperativas Neoclássicas e a Teoria do Comportamento Cooperativo¹³, entre outras. Neste trabalho, entretanto, trataremos apenas da Escola de Münster.

3.1 Escola de Münster: a "cooperação cooperativa"

Desenvolvida por um grupo de professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster (Alemanha), entre os quais se destacam Boettche, Eschenburg, Jager, Benecke e outros, forma uma "Escola" que abrange membros de alguns Institutos Universitários da América Latina.

É conhecida também como "Teoria Econômica da Cooperação Cooperativa", expressão pleonástica utilizada em traduções espanholas e portuguesas que corresponde à tradução literal de "genossenschaftliche Zusammenarbeit", ou seja:

- "Zusammenarbeit" é substantivo que significa trabalho em conjunto ou cooperação em sentido genérico, abrangendo todos os tipos de entre-ajuda formal e informal.

- "genossenschaftliche" é adjetivo que indica uma forma determinada de cooperação, isto é, a cooperativista ou cooperativa.

A Teoria de Münster baseia-se no racionalismo crítico como metodologia de investigação científica e suas colocações são comprováveis, tanto as hipóteses como os resultados.

13 Cf. PINHO, Diva B. **O Pensamento cooperativo - doutrina, teoria e prática**. Brasília: Sescop Nacional. No prelo.



Os pressupostos mais importantes da Teoria de Münster são 1 a cooperação não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência (tal como afirmam as outras teorias cooperativistas), ao contrário, permite aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva; 2. Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual (é a capacidade equilibradora da cooperativa); 3. A cooperativa adquire sua própria importância econômica, independentemente das unidades econômicas dos associados; 4. Os dirigentes (Conselho de Administração e gerentes) atendem aos seus próprios interesses na medida em que fomentam os interesses dos membros da cooperativa; sua renda e prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados; daí, a necessidade de fiscalizar a gestão empresarial (Conselho Fiscal) e estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros (como sabotagens na entrega de produtos, deserções, etc.); 5. entre os associados e a cooperativa deve haver solidariedade ou lealdade consciente, embasada em normas contratuais ou estatutárias (que legitimam essa lealdade) e não solidariedade cega (tal como preconizam as outras teorias cooperativistas). Neste particular, o grupo de Münster desenvolveu também uma "teoria econômica da democracia"

O instrumental que a Teoria de Münster utiliza provém das Ciências Sociais e, em particular, da Ciência da Organização, da Teoria dos Grupos, da Microeconomia, etc. Seus mais importantes axiomas são: a racionalidade dos sujeitos-associados-cooperadores, e a informação como base das decisões dos associados. Observa-se que, embora considere o interesse individual dos associados como o objetivo da entre-ajuda cooperativista, não prioriza o indivíduo em detrimento do coletivo: ambos são importantes na cooperativa.

Com base nos seus pressupostos e axiomas, a Teoria de Münster apresenta a seguinte definição de cooperativa: "As cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente".

Essa definição, segundo Boettcher, oferece a possibilidade de se diferenciar, claramente, os tipos de cooperativas; explica melhor o difícil problema do enquadramento da cooperativa na economia competitiva; e permite debater o problema da concentração e do controle do pessoal dirigente, especificamente no caso das empresas cooperativas.

Então, a partir dessa definição, Boettcher distingue três importantes situações: 1. os membros dirigem unidades econômicas cooperativas para a aquisição favorável de bens ou serviços destinados a fins privados (como as cooperativas de consumo e de construção de habitações); 2. os membros são proprietários de pequenas empresas e organizam uma empresa cooperativa para obter canais de compra e/ou venda favoráveis (cooperativas de compra e venda); 3. os membros representam mão-de-obra e esperam obter trabalho em condições mais favoráveis dentro de sua empresa cooperativa (cooperativas de produção ou de trabalhadores).



Esclarece que as cooperativas não estão em contradição com a economia competitiva, quer se trate de cooperativas que trabalhem apenas para cobrir os custos, quer se trate de empresas que devam gerar benefícios, tal como as demais empresas voltadas para o mercado.

3.2 - Instrumentos de Controle: produtividade e efetividade

Considerando a cooperativa como unidade econômica (ou associação de cooperados-usuários que visa apenas cobrir os custos operacionais) da empresa cooperativa (que deve gerar benefícios), a Teoria de Münster desenvolveu o estudo dos instrumentos de controle do êxito cooperativo no mercado (*produtividade*) e de controle do êxito dos cooperados (*efetividade*).

De modo resumido, pode-se dizer que para controlar a **produtividade** da cooperativa ou seu *êxito externo ou no mercado*, os instrumentos são semelhantes aos das empresas econômicas em geral; para controlar a **efetividade** da cooperativa, ou seu êxito interno ou voltado para os membros, há indicadores especiais para se apurar as vantagens de custos, as vantagens comparativas das economias dos membros, etc.

Em outros termos, o aspecto da **produtividade** ou êxito externo da cooperativa implica a utilização das mais modernas técnicas de organização empresarial: conquista de mercados pela qualidade de seus êxitos; utilização de inovações tecnológicas e outras para a atividade cooperativista ser competitiva. Enfim, apresentação de vantagens típicas das empresas econômicas - assunto que constitui objeto de outras ciências, especialmente a Administração de Empresas.

Por sua vez, o aspecto da **efetividade** ou *êxito interno* voltado para os membros, refere-se às condições de funcionamento de cada tipo de cooperativa, de modo que as vantagens produzidas pela sociedade retornem aos associados, sem discriminações. Daí a Teoria de Münster enfatizar a necessidade de participação de todos nos processos de tomada de decisões do grupo, bem como a necessidade dos associados controlarem a cúpula dirigente.

O grupo cooperativista de Münster salienta ainda a importância de sua teoria para os países emergentes e critica com veemência o cooperativismo rochdaleano, "que lhes tem causado e continua causando tanto dano". Demonstra como se pode criar e desenvolver mercados e vias de comercialização e o que se deve fazer a fim de que a cooperativa tenha êxito no mercado (produtividade) e êxito para seus membros (efetividade).

Boettcher, por exemplo, critica Rochdale afirmando que os conhecimentos dos Pioneiros eram tão reduzidos que, em relação à teoria acadêmica de economia de empresas, podiam ser comparados a um aviãozinho de papel diante de um moderno avião a jato. Com os princípios dos Pioneiros "nunca seria possível organizar cooperativas superiores às organizações empresariais privadas", nem eliminar a concorrência ou a economia de mercado. Esse modelo, que é o mais difundido, "tem causado e continua causando grande dano", sobretudo aos países emergentes, "por um lado, porque essa teoria cria a ilusão de que basta eliminar a



concorrência econômica e praticar a economia da cooperação (cujos problemas ninguém conhece), para que tudo melhore como por milagre ... ". Aliás, "os fracassos sofridos pelo movimento cooperativista em todas as partes do mundo não têm passado despercebidos ... "

Essa é também a posição de Benecke, ao afirmar: "É comum, nos países em desenvolvimento, esperar-se verdadeiros milagres das cooperativas". Mas não se esclarece que teoria fundamenta essas expectativas e a mera referência à ideologia cooperativa não é suficiente para justificar tais esperanças.

4. Doutrina e Teoria-Importância da Complementaridade

Depois de longo período de radicalismos entre doutrinadores e teóricos cooperativistas, atualmente há consenso quanto à importância da complementaridade entre Doutrina Cooperativa e Teoria Cooperativa. Repete-se, aliás, conclusão idêntica à longa querela entre os defensores do método indutivo e os defensores do método dedutivo, até que um autor famoso (Schmoller) resolveu a questão com uma frase aparentemente banal: "ambos são tão necessários como as duas pernas para andar".

Na realidade, doutrina e teoria completam-se, de modo que as *cooperativas*, misto de associação e de empresa, ultrapassam a função meramente econômica para atuar, também, como atores sociais, tanto no plano interno (melhorando as relações pessoais), como externo (defendendo a cidadania, a comunidade, o meio ambiente).

E assim, as cooperativas são formas organizatórias especialmente propícias à moderna concepção de que as empresas devem assumir responsabilidade social e dedicar-se à comunidade.



II. ACI- EM BUSCA DA IDENTIDADE COOPERATIVA

Criada em Londres, em 1895, para "continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale", a ACI, pela primeira vez em mais de cem anos, é dirigida por um não-europeu, - o cooperativista brasileiro Roberto Rodrigues ¹⁴ - escolhido por unanimidade em Assembléia da ACI realizada em Genebra (Suíça), em setembro de 1997.

A criação da Aliança Cooperativa Internacional foi orientada, basicamente, por razões ao mesmo tempo idealistas e pragmáticas: *idealistas*, para que a ACI fosse a guardiã dos valores cooperativos e do anseio de solidariedade em dimensão mundial; *pragmáticas*, para que a ACI representasse o ideal da cooperação rochdaleana em oposição aos excessos da competição capitalista.

Transferida de Londres para Genebra (Suíça), em 1982, a ACI instalou-se nas vizinhanças das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho. Superou suas dificuldades financeiras; fixou seus principais objetivos; reestruturou-se e descentralizou-se. Dez anos depois, no Congresso de Tóquio, adotou o critério de descentralização de acordo com quatro regiões mundiais: Europa, África, Ásia e Pacífico. Américas.

A missão da ACI enfatiza quatro principais objetivos: (a) influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; (b) ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas em nível nacional, reformando-o e/ou ajudando-o a criar organizações nacionais de cúpula para orientar as cooperativas; (c) concentrar-se no desenvolvimento dos recursos humanos, em nível nacional e regional; (d) mobilizar recursos, estimular agências de desenvolvimento para suporte das cooperativas e coordenar movimentos de assistência às cooperativas.

A ACI conta com *Especialistas* incumbidos de orientar as diferentes categorias de cooperativas, segundo as peculiaridades das diferentes regiões do mundo e os interesses específicos de seus cooperados. Os principais setores assistidos são seguro, banco, consumo, trabalho, agricultura, habitação, pesca, turismo, energia e saúde. Além disso, *Comitês especializados* tratam, em nível global, de assuntos determinados, como gênero, desenvolvimentos dos recursos humanos, comunicação e pesquisa.

Para implementar suas atividades em mais de cem países, a ACI conta com a colaboração de cerca de trinta *agências nacionais e internacionais* de desenvolvimento e de vários ministérios de governos nacionais.

Durante as comemorações de seu centenário (Manchester, 1995), a ACI reafirmou a importância dos valores éticos e dos valores cooperativos, insistindo na premência de se direcionar o modelo cooperativo para o desenvolvimento auto-sustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a interação da cooperativa com o entorno econômico, político e social etc.

¹⁴ Roberto Rodrigues vem atuando intensamente na área rural, quer como líder de vários movimentos e de diversas instituições agrícolas, quer como coordenador do Fórum Nacional de Agricultura e de entidades governamentais e não-governamentais Na área cooperativista, tem sido intensa sua atividade no Brasil, (foi presidente da OCB e da OCESP) e na América Latina • foi presidente da ACI-Américas. Em seguida, em nível internacional, tomou-se presidente da Aliança Cooperativa Internacional.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

Durante as comemorações de seu centenário (Manchester, 1995), a ACI reafirmou a importância dos valores éticos e dos valores cooperativos, insistindo na premência de se direcionar o modelo cooperativo para o desenvolvimento auto-sustentável, a valorização dos recursos humanos, a participação consciente de seus associados, a defesa da ecologia e a interação da cooperativa com o entorno econômico, político e social etc.

Graças aos trabalhos do COPAC (Committee for the Promotion and Advancement of Co-operatives), a ACI conta com importantes parceiros para a promoção e o progresso das cooperativas, como a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations), IFAP (International Federation of Agricultural Producers), BIT ou ILO (International Labour Organization), UN (United Nations), WOCCU (World Council of Credit Unions), além de muitas outras organizações de produtores agropecuários, consumidores e trabalhadores em vários países.

Para passar do ideário cooperativista aos fatos, a ACI conta também com as cooperativas de suas organizações filiadas em todos os países do mundo. E segue a tendência atual de complementação entre a concepção doutrinária e a concepção teórica de cooperativa, dentro da moderna visão de função social das empresas, como se viu acima.



III. CONTRIBUIÇÃO LUSO-BRASILEIRA AO PENSAMENTO COOPERATIVO

Como já foi dito, durante muito tempo as principais contribuições aos estudos do pensamento cooperativo provinham de academias francesas dedicadas a estudos econômicos e sociais. Charles Gide, o primeiro professor universitário a se distinguir na área cooperativa, foi seguido por outros franceses, igualmente da Faculdade de Direito de Paris, que então concentrava os estudos de ciências jurídicas, sociais e econômicas. Mais tarde, com a separação dessas áreas, alguns docentes e pesquisadores da Escola de Altos Estudos (Universidade de Paris) também se dedicaram ao cooperativismo. Entretanto, com o falecimento de **Henri Desroche**, em 1994, pode-se dizer que se extingue o longo período de importante contribuição de marcantes personalidades, quase todas do meio acadêmico francês, à evolução do pensamento cooperativo.

Desroche, professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Universidade de Paris). entre outras atividades cooperativistas, criou o Centro de Pesquisas Cooperativas, fundou e dirigiu o Colégio Cooperativo ¹⁵ durante décadas, e organizou a UCI, Universidade Cooperativa internacional ¹⁶, pioneira em educação cooperativa à distância, antes da fase da Internet.

A partir dos anos 90, tanto na França como na maioria dos países ocidentais, torna-se cada vez mais raro encontrar-se um pesquisador acadêmico que se dedique ao cooperativismo "em tempo integral". Ou seja, a tendência é o trabalho em equipes multidisciplinares e inter-unidades, ou seja, a inclusão dos estudos cooperativos em grandes conjuntos, que abrangem disciplinas de várias Faculdades, em parceria com organizações dedicadas à prática cooperativa. No Brasil, por exemplo, pesquisadores e docentes de diversas áreas, estão assumindo a orientação, tanto da organização como do funcionamento, de cooperativas de trabalho - são as incubadoras tecnológicas ¹⁷. que se multiplicam em Universidades (sobretudo oficiais) de todos os Estados brasileiros.

Nessa linha de inter-cooperação, estão sendo iniciadas, com apoio do sistema OCB-SESCOOP, pesquisas conjuntas sobre o pensamento cooperativo no Brasil e em Portugal. Assim, a Universidade de São Paulo, por meio da FEA, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (cursos ministrados em São Paulo e Ribeirão Preto - Brasil) está elaborando projetos em parceria com o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, de Lisboa (Portugal).

¹⁵ Mundialmente conhecido, durante várias décadas o *Collège Coopératif* reuniu estudantes do mundo inteiro no edifício n. 7 da Av. Franco-Russe, travessa da Av. Rapp- metro Alma-Marceau, a poucos passos da Ponte Alma, descortinando-se o Rio Sena e, um pouco além, a Torre Eiffel.

¹⁶ Os participantes da Universidade Cooperativa Internacional realizavam seus estudos à distância, mas podiam contar com uma parte presencial em algum Continente, durante uma semana. A escolha do local ficava na dependência da apresentação voluntária de um grupo de professores-organizadores. Mas sempre havia grupos entusiasmados no Canadá francês, na África francófona, na própria França e nos países de tradição cultural francesa, tanto da Europa como da América Latina.

¹⁷ Esse assunto vem tomando tal dimensão que, no Rio Cooperativo/2000, organizamos e dirigimos uma sessão especial intitulada *Universidade, Tecnologia e Cooperativas - a Integração para o Conhecimento*, que contou com ativa participação de Universidades da maioria dos Estados brasileiros. Cf. PINHO, DIVA B. **Universidades, gênero e cooperativas**. Brasília. Sescop Nacional, 2000. (Port./Inglês).



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

A equipe de FEA-USP, coordenada pelos professores Diva Benevides Pinho (FEA-São Paulo) e Sigismundo Bialoskorski (FEA-Ribeirão Preto), está levantando material sobre os marcos principais das idéias e fatos relevantes do cooperativismo brasileiro, com ênfase no período que se inicia em 1888, quando a abolição do escravismo propiciou condições legais e sociais para a formação de cooperativas no Brasil. A tarefa é complexa devido à dimensão quase continental do país, mas os coordenadores contam com contribuição das Universidades, OCEs (Organizações de Cooperativas de cada Estado brasileiro) e SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, também com representação em todos os Estados).

Pesquisas locais e regionais deverão contribuir para a identificação de experimentos marcantes, como por exemplo, a recente localização, pela OCEMG (Organização das Cooperativas de Minas Gerais), dos *Estatutos da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (Província de Minas)*, fundada em 1889. Esta cooperativa, a mais antiga até agora localizada, marca o início do cooperativismo rochdaleano no Brasil.

Até recentemente, entretanto, supunha-se que a mais antiga cooperativa do Brasil teria sido a *Associação Cooperativa dos Empregados da Cia. Telefônica de Limeira* (Estado de São Paulo), fundada em 1891. Na seqüência vinham, em 1894, a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), a Cooperativa de Consumo de Camaragibe (Pernambuco), em 1895 e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia Paulista, em Campinas (SP), em 1887. Todas essas cooperativas, de modelo rochdaleano, fazem supor que havia, entre nós, pessoas informadas a respeito do sucesso dos Pioneiros de Rochdale na Europa Ocidental.

Apesar do Brasil ser, nessa época, um país de economia predominantemente agrícola, somente alguns anos mais tarde é que as cooperativas de produtores agropecuários e de crédito rural começaram a aparecer, graças ao trabalho de alguns idealistas. Os exemplos mais citados são o jesuíta Theodoro Amstadt, no Rio Grande do Sul, a partir de 1902, e alguns estadistas, como João Pinheiro em Minas Geras (1907) e Plácido de Melo no Estado do Rio de Janeiro (1908), convencidos da importância do cooperativismo na solução de nossas recorrentes crises agrícolas.



IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas, como se viu, são associações que funcionam como empresas para prestar serviços econômicos a seus associados e, ao mesmo tempo, desenvolver outras ações, de caráter predominantemente socio-econômico, dirigidas aos associados, seus familiares e à comunidade. Neste caso, são geralmente enumerados o resgate da cidadania cooperativa, o preparo de jovens lideranças cooperativistas, o estímulo a maior participação de mulheres em postos decisórios do sistema cooperativo, a valorização da comunidade e a preservação do ambiente¹⁸.

As cooperativas são, portanto, um misto de associação sem fins lucrativos e de empresa econômica, cuja estrutura facilita o cumprimento dos papéis econômicos e sociais esperados das empresas, neste novo século, que se inicia com o recrudescimento da contestação da globalização da economia.

O confronto *Porto Alegre contra Davos*, em janeiro de 2001, terminou com a apoteose do agricultor francês Bové, numa tentativa de simbolizar todos os "excluídos" em Bovés que "acreditam ser possível um outro mundo". Aliás, o encontro de Porto Alegre significou a luta contra a divisão do mundo em dois - um que se beneficia das vantagens da globalização, e que há várias décadas é representado em Davos (Sulça) por patrões de multinacionais, líderes políticos mundiais (inclusive o Grupo dos 7 países mais ricos do planeta), banqueiros famosos, economistas renomados, premiados Nobel, pesquisadores etc; e o outro, composto de países pobres, não participantes das vantagens da globalização, que protestam, pela primeira vez, em Porto Alegre (RS, Brasil). E prometem intensificar sua reação nos anos subseqüentes.

Porto Alegre tornou-se o ponto culminante de várias sinalizações de descontentamento dos países pobres . em relação à política econômica internacional. No decorrer de 2000 já vinham aumentando os choques com a polícia, em cidades que sediavam reuniões de autoridades do FMI, Banco Mundial e outras organizações internacionais.

E assim, 2001 é o marco do recrudescimento da oposição, mas também da renovação das incertezas quanto ao crescimento econômico mundial diante de recorrentes crises, sobretudo na Ásia, América Latina, e mais recentemente no Leste Europeu, além do explosivo Oriente Médio e mundo islâmico, do esquecido Continente africano e de vários enclaves críticos em todo o mundo, nos quais se misturam problemas econômicos, étnicos, religiosos e políticos. Somam-se a tudo isso, os crescentes temores de abalos na "Nova Economia", na bolsa Nasdaq e nas empresas de novas tecnologias em geral, potencializados pela desaceleração da economia norte-americana, depois de dez anos de prosperidade ininterrupta.¹⁹

Então, renascem as esperanças no Cooperativismo, como tentativa de reconciliação de heterogêneos e conflitantes sistemas econômicos, sociais e políticos. Ou como utopia que se concretiza.

Cf PINHO, Diva B. **O Pensamento cooperativo** - doutrina, teoria e prática Brasília. Sescop Nacional. No prelo.



V. BIBLIOGRAFIA

Os títulos indicados são referências básicas à análise dos fundamentos doutrinários e teóricos do pensamento cooperativo.

ANGERS, François-Albert. **La Coopération, de la réalité à la théorie économique**. Montréal: ADES, 1976.

BENECKE, Dieter. **Cooperação e desenvolvimento** : o papel das cooperativas no desenvolvimento econômico do terceiro mundo. Recife: Assocene, 1981.

DESROCHE, Henri. **Le Projet coopératif**. Paris: Ouvrières, 1976.

ESCHEMBURG, Rolf. **Teoría económica de la cooperación cooperativa**. Buenos Ayres:Intercoop, 1979.

FAUQUET, Georges. **Oeuvres**. Paris: Institui des Études Coopératives, 1965.

GAUMONT, Jean. **Histoire de la coopération en France**. Paris:FNCC, 1921, v.2.

GIDE, Charles - **La Coopération, conférences**. Paris:Larose, 1900.

___ . **L'École de Nimes**. Paris:PUF, 1947.

___ ; RIST, Ch. **Histoire des doctrines économiques**. Paris:Sirey, 1947, 2. v,

GUELFAT, Isaac. **La Coopération devant la science économique**. Paris:PUF, 1966.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 17 ed. São Paulo:Atlas, 1980.

LAMBERT, Paul. **La doctrine coopérative**. Paris:FNCC, 1959.

LASSERRE, Georges. **La Coopération ou le socialisme dans la liberté**. Paris:FNCC, 1950.

___ **Les Principes coopératifs hier, aujourd'hui, demain**. Paris:IEC, 1967.

LAVERGNE, Bernard. **L'Hégémonie du consommateur** .. PARIS: PUF, 1958.

___ **La Révolution cooperative ou le socialisme de l'occident**. Paris: PUF, 1949.

___ **Le Socialisme à visage humain**. Paris:PUF. 1971

MELADENATZ, Gromoslav. **Histoire des doctrines coopératives**. Paris:PUF. 1933.

PINHO, Diva B. **A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalistas e Socialistas**: suas modificações e sua utilidade. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

___ **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

___ **Gênero em cooperativas**: homens e mulheres compartilhando igualdade e responsabilidade. Brasília: Sescop Nacional, 2000. (Port/Inglês).

___ . **Para entender o cooperativismo**: verbetes em ordem alfabética. Brasília: Sescop Nacional. No prelo.

___ ; PINHO Carlos M. Cooperativismo como sistema. In: **Sistemas econômicos comparados**. São Paulo: Saraiva, 1984, p. 97-112.

SERAEV, S. **El Socialismo y las cooperativas**. Moscou:Editorial Progreso, 1981.

VIENNEY, Claude. **L'Économie du secteur coopératif français**. Paris: Cujas, 1966.



Anexo

Algumas Curiosidades

-> **Dia Internacional do Cooperativismo** - é comemorado pela ACI desde 1922 e pelas Nações Unidas (UN) desde 1995. Neste ano do Centenário da ACI, a data fixada passou a ser o primeiro sábado de julho. A Assembléia das Nações Unidas aprovou, naquela oportunidade, Mensagem reconhecendo as cooperativas como fator indispensável ao desenvolvimento econômico e social de todos os países, e ressaltando-as como importante forma de milhões de homens e mulheres assegurarem, para si e seus dependentes, uma vida de dignidade, bem-estar econômico e maiores oportunidades

-> **Cores do Arco-Íris** - são o símbolo do movimento internacional cooperativista, desde 1924 (ver o verbete seguinte). Essas cores foram também adotadas por outros movimentos mundiais, principalmente os pacifistas e os gays. Assim, por exemplo, são conhecidos como "Guerreiros do Arco-Irís", os ativistas do Greenpeace (de *green*, verde e *peace*, paz), entidade internacional sem fins lucrativos, que nasceu no Canadá e desde 1971 luta pela preservação da natureza. A denominação vem de uma lenda indígena, adotada por seus fundadores - "Um dia a terra adoecerá. Os pássaros cairão do céu, os mares escurecerão e os peixes aparecerão mortos na correnteza dos rios. Quando esse dia chegar, os índios perderão o seu espírito. Mas irão recuperá-lo para ensinar ao homem branco a reverência pela sagrada terra. Ai, então, todas as raças irão se unir sob o símbolo do arco-íris para eliminar a destruição. Será o tempo dos *Guerreiros do Arco-iris*"

-> **Bandeira do Cooperativismo** - adotada como símbolo oficial do movimento cooperativo internacional, durante o 11º Congresso da ACI, em 1924, a bandeira com as sete cores do arco-íris fora proposta, no ano anterior, pelo professor universitário francês Charles Gide. Foi adotado também seu argumento de que as sete cores do arco-íris simbolizam a unidade de múltiplas e diferentes formas de cooperativas. A idéia de unidade é reforçada pelo branco que, na conhecida experiência do disco de Newton, surge das cores do arco-íris colocadas em um disco submetido a rápida rotação. Aliás, essa mutação de sete cores na cor branca tem sido um dos argumentos da adoção do arco-íris, como símbolo da paz, pelos atuais movimentos pacifistas internacionais. Mas há outro mito: o fenômeno natural do arco colorido que às vezes aparece no céu após uma chuva forte, significaria um mundo melhor ou um prêmio.

-> **Cooperativismo** - *alguns fatos pitorescos* ¹⁹

- Açúcar, aveia, farinha, manteiga e velas foram as primeiras mercadorias colocadas no armazém dos Pioneiros de Rochdale, à Rua Toad Lane .

- O nome da rua Toad Lane, onde surgiu a famosa cooperativa dos Pioneiros, em Rochdale tem sido traduzido como "Beco do Sapo, e não como "o Velho Beco", que é a tradução da corruptela do dialeto de Lancashire - 'Th'Owd Lane", isto é, "The Old Lane" .

¹⁹ Outros fatos pitorescos são encontrados *U'K's /50 Funny Facts on Co-ops*, preparados pela *Co-op Union* para as comemorações dos 150 anos da fundação de Rochdale. Ver ica@coop.org



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

- Em 1844, quando os Pioneiros fundaram sua cooperativa, não havia legislação sobre o assunto; apenas em 1852 surgiu o primeiro Ato do Parlamento sobre cooperativas .
- Alguns exemplos de homenagem aos Pioneiros de Rochdale:
 - o "Vin Rochdale", produzido na França
 - a rua Rochdale em Moscou (Rússia):
 - o nome da cooperativa de consumo Novos Pioneiros. em Portugal;
 - o Bairro Rochdale, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo (Brasil) .
- Um em cada três cidadãos dos EUA é membro de cooperativa .
- Na Grã Bretanha, as coops vendem 20 milhões de garrafas de vinho, por ano .
- Mais da metade da renda da cidade de Imola, no norte da Itália, provém de cooperativas .
- O compositor russo Khachaturian escreveu sua famosa Dança do Sabre para celebrar uma cooperativa agrícola na Rússia .
- O ensino primário japonês usa método cooperativo .
- Henry Pitman, irmão do inventor da estenografia, Sir Isaac Pitman, criou um dos primeiros periódicos de cooperativas - The Co-operator. em 1860,
- As duas gigantescas cooperativas de consumo da Suíça, a Coop Suisse (Schweiz) e a Migres, foram as primeiras a cuidar de política ambiental na Europa.



Instituto de Cooperativismo e Associativismo

FOTOLITO E IMPRESSÃO



IMPRESA OFICIAL
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE
Rua da Mooca, 1921 - São Paulo - SP
Tel. (11) 5099-9457/6099-9529
CNPJ 46.064.047/9001-64
<http://www.imprensaoficial.com.br>



PUBLICAÇÕES DO ICA

A Série Orientação e a Série Estudos e Pesquisas, têm como finalidade divulgar, através de suas publicações, trabalhos técnicos sobre os setores cooperativista e associativista. Sistematizando conhecimentos, complementam as ações do Instituto, voltadas à promoção do cooperativismo e associativismo, à elaboração e execução de projetos e programas de implantação de cooperativas e associações, e à organização e assessoria a essas formas associativas.

INSTITUTO DE COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

Av. Miguel Estéfano, 3900

CEP 04301-903

FAX (0XX11) 5058-9607/5077-2034

Telefone (0XX11) 5073-8355/5073-1210

www.codeagro.sp.gov.br

São Paulo – Capital.